

SOBRE O “SER-PROFESSORA”: ENTRE PERMANÊNCIAS E RUPTURAS

Carla Villanova

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: carlachamon@terra.com.br

Resumo: O objetivo deste trabalho é refletir sobre a construção de sentidos acerca do ser-professora, no contexto dos anos de 1940 a 1950, empreendimento, em grande medida, estimulado pela percepção das fortes permanências, observadas nas representações relativas ao magistério construídas no presente. Considerando que o discurso focado na associação entre magistério e condição feminina enfatiza um viés religioso, que possui um forte sentido de permanência em nossa história, recorreremos ao conceito de gênero enquanto categoria histórica, entendendo as representações como formas culturais que se transformam e se distinguem ao longo do tempo.

Palavras-chave: formação de professores; representações de magistério; revistas escolares.

Introdução

Não se nasce mulher, torna-se mulher. A constituição do sujeito-mulher, segundo essa concepção, empenha-se em desarticular a construção do feminino apenas enquanto o “outro” do homem. Nessa direção, Simone de Beauvoir (1949) nos propõe a refletir sobre a seguinte questão: “O que é uma mulher?”. A busca de um significante geral para a multiplicidade do *ser-mulher*, segundo a autora, aponta para a afirmação de um sujeito e não apenas um reflexo invertido ou uma construção do olhar masculino.

O que é uma professora e no que consistiria a multiplicidade que integra o *ser-professora*? O pensamento da filósofa, a que se recorre para responder a essa questão, também poderia sofrer a seguinte apropriação: não se nasce professora, torna-se professora. Ao refletir sobre esse processo de *vir a ser* mulher-professora, encontramos, de certa forma, no passado, traços que contribuem para pensarmos as práticas e representações desse grupo.

Este artigo dedica-se a promover uma reflexão sobre a construção de sentidos acerca do “*ser-professora*”, empreendimento, em grande medida, estimulado pela percepção das fortes permanências observadas nas representações relativas ao magistério, construídas no presente.

Também estará sendo conferido destaque a alguns elementos constitutivos da identidade das normalistas, alunas do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, nas décadas de 1940 e 1950, tendo sido também nossa intenção que o período focalizado possibilitasse a reflexão sobre contextos históricos diferenciados – do regime do Estado Novo e do cenário de redemocratização, em cuja análise deveria ser conferida atenção à dinâmica de continuidades e descontinuidades. Para isso, procederemos a identificação de discursos e práticas educativas, observáveis na materialidade de um suporte impresso – o periódico, no caso as revistas escolares, produzidas e veiculadas no âmbito daquela instituição.

Por que serei professora?

Para compreendermos melhor as particularidades (e generalidades) dos discursos e das práticas sociais observáveis na época que nos propusemos a investigar, recorreremos ao conceito de gênero enquanto categoria histórica. Este conceito, importante para a reflexão sobre o processo de feminização do magistério, mostra-se útil na composição do quadro, que percebemos matizado, sobre as formas como se apresentam e são representadas as normalistas, futuras professoras, formadas em uma instituição modelar de preparação para o magistério, o Instituto de Educação do Rio de Janeiro, na época Distrito Federal. Nos dizeres de Louro:

Magistério e escola, como atividades ou instituições sociais, transformam-se historicamente. Os sujeitos que circulam nesse espaço se diversificam e a instituição talvez seja, sob vários aspectos, uma outra instituição. Entre as mudanças que marcam de forma mais evidente, esse processo de transformação está a *feminização do magistério* (LOURO, 1997, p. 94).

Cabe destacar que o processo de feminização da profissão docente que tem como foco principal a atuação da professora das séries iniciais vem se constituindo desde meados do século XIX. Conforme já indicado em outros estudos, esse processo tem sido frequentemente associado apenas ao ingresso majoritário de mulheres no magistério, fato que, apesar de representar fenômeno importante, não deve ser enfocando apenas como uma mudança na composição sexual do corpo docente, e sim como uma dinâmica de profundas transformações nos significados sociais atribuídos à docência nas séries iniciais. Significados esses que dizem respeito, por exemplo, às expectativas sociais dirigidas a homens e mulheres e às prescrições sobre a infância e a maternidade.

Sobre as expectativas acerca dos papéis sociais da mulher e da sua atuação como professora das séries iniciais, é recorrente a ideia, nos artigos que analisamos, de que a mulher, quer seja em sua atuação como mãe, esposa ou mestra, deve ser a regeneradora da sociedade e da humanidade. Tal missão se apoiaria em sua atuação como a primeira grande educadora e formadora dos espíritos infantis. É digno de nota o seguinte trecho, de autoria de uma aluna, extraído de um dos artigos analisados:

Devemos lembrar sempre que *não seremos somente mestras, e, sim, como compete a nossa condição de mulher, mães moralmente*, Que importam a idade e a pouca experiência? Que não tenhamos um filho? Nada. O instinto materno, que jaz adormecido no íntimo de nosso ser, irá manifestar-se na escola, em toda sua plenitude e sublimidade (NORMALISTA, 1952, p.6, grifo nosso).

Entendendo que a temática do gênero mostra-se de fundamental importância nesta análise, faz-se necessário, primeiramente, discutir a distinção entre sexo e gênero. Se o sexo se refere aos caracteres biológicos de uma pessoa, o gênero, em uma outra direção, se refere ao conjunto de caracteres adquiridos ao longo de um processo educativo, em vias formais e/ou não formais, caracteres que contribuem para a constituição das representações sobre os dois gêneros, conduzindo, segundo situações sociais específicas, a uma hierarquia de dominação-subordinação:

Relacionada a princípio, às distinções biológicas, a diferença entre os gêneros serviu para explicar e justificar as mais variadas distinções entre mulheres e homens. Teorias foram construídas e utilizadas para “provar” distinções físicas, psíquicas, comportamentais; para indicar diferentes habilidades sociais, talentos ou aptidões; para justificar os lugares sociais, as possibilidades e os destinos “próprios” de cada gênero (LOURO, 1997, p. 45).

Com os estudos de Joan Scott (1990), historiadora norte-americana que privilegia o conceito de gênero enquanto categoria histórica, a reflexão torna-se mais radical, quando consideramos que é preciso desconstruir o caráter permanente da oposição binária masculino-feminino. Segundo essa autora, observa-se, nas sociedades, um pensamento dicotômico e polarizado sobre os gêneros, usualmente concebendo homens e mulheres como polos opostos que se relacionam dentro de uma lógica invariável de dominação-submissão.

Essa ideologia tem como um dos seus principais alicerces a escola e a família, instituições que contribuem para que as crianças dos dois sexos cheguem a transformar-se em indivíduos de gêneros opostos. Assim, sob o axioma “não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1949), o feminismo analisou profundamente a maneira como as instituições patriarcais fizeram com que as mulheres fossem femininas e os homens masculinos e, de modo particular, analisou como a família, a igreja e a escola formaram a mulher para ser esposa e mãe, através de mecanismos repressivos de sua sexualidade, apresentada como algo que se deve negar ou esconder.

Em sua análise sobre o magistério e o trabalho feminino, Michael Apple¹ propõe, segundo certas contingências históricas, que as próprias tarefas associadas a uma determinada ocupação reforçam a segregação sexual:

Como a atividade docente, por exemplo, tem componentes de cuidar de criança e servir, isso ajuda a reconstituir sua definição como trabalho de mulher. E como “nós” associamos cuidar de crianças e servir com menor qualificação e menor valor que outros trabalhos, nós revivemos assim as hierarquias patriarcais e a divisões horizontal e vertical do trabalho (APPLE, 1995, p. 56).

Outros estudos sobre o trabalho feminino frisam que certos aspectos, como, por exemplo, a criação dos filhos e as relações afetivas na família, foram considerados como integrantes do mundo do privado, no qual se situaria a mulher, durante um longo tempo. Esta era mantida, assim, afastada do público e do político, sendo-lhe negado, portanto, o acesso a decisões que atingiam profundamente sua vida e que lhe tiravam forças para ter sua voz reconhecida em outras esferas sociais.

Diante do que se está argumentando como pensar esse sujeito, a mulher, na sua subjetividade enquanto educadora? Como pensar a constituição do *ser-professora* e seu processo de subjetivação, sem cair nas malhas do determinismo a-histórico e acrítico que tende a rotular, reduzindo a uma caricatura, o que se pretende investigar? É no pensamento de Michel Foucault que encontrarmos importantes elementos para

¹ Conforme esse autor, o trabalho remunerado feminino é constituído em torno não de um, mas de dois tipos de divisão. Primeiro, o trabalho está associado a uma divisão *vertical*, em que as mulheres, como um grupo, estão em desvantagem face aos homens, no que toca às condições sob as quais trabalham. Segundo, sua atividade está envolvida na divisão *horizontal* do trabalho, em que as mulheres se concentram em tipos específicos de trabalho, sendo o magistério uma dessas ocupações.

pensarmos essas questões. Ao analisarmos a historicidade das práticas discursivas, afirmamos, assim como Foucault (1993), que as mesmas representam um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, o que colabora para compreendermos o caráter contingencial das representações e da inteligibilidade instituída pelos discursos sobre o gênero.

Contrário às grandes esquematizações totalizantes, Foucault concebe o poder como uma multiplicidade de relações de força que são imanentes ao domínio onde se exercem e são constitutivas de sua organização, sendo que a múltipla face do poder desenha seu perfil na identificação dos corpos. O sexo, assim entendido, serviu à articulação dos novos e modernos mecanismos do poder e do controle social.

Partilhando dessa proposição teórica, afirmamos que a desnaturalização das funções sexuadas e dos corpos marcados biologicamente se faz a partir das práticas discursivas. Acreditamos, ainda, que esses referenciais nos fornecem elementos importantes para pensarmos a história e as condições de liberdade ou das práticas de liberação dos sujeitos, pois, conforme recomenda Foucault (2004, p. 84): “Certamente é preciso enfatizar que só é possível haver relações de poder quando os sujeitos forem livres. É preciso que haja sempre, dos dois lados, pelo menos uma certa forma de liberdade”.

Considerando que o pensamento é uma forma de ação, interessou-nos observar nas revistas nas quais trabalhamos o teor dos enunciados que se expressam nos artigos veiculados, bem como a consequente afirmação das subjetividades das futuras professoras, no processo de constituição de suas identidades.

Nosso foco nas representações, associadas ao processo de constituição de identidades e na forma como determinados agentes sociais percebem (e são percebidos) no seu cotidiano, contribui para a desnaturalização do entendimento sobre o *ser-professora*. Nessa direção, valemo-nos dos referenciais encontrados em Roger Chartier:

Trabalhando sobre as lutas de representações, cujo objetivo é a ordenação da própria estrutura social, a história cultural afasta-se sem dúvida de uma dependência demasiado estrita em relação a uma história social fadada apenas ao estudo das lutas econômicas, mas também faz retorno útil sobre o social, já que dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um “*ser-percebido*” constitutivo de sua identidade (CHARTIER, 1990, p. 73).

É na direção desse *ser-percebido*, que não é dado definitivamente, que orientamos nossa investigação. Conforme Stuart Hall (2001), a concepção sociológica clássica entende a identidade como sendo formada na interação entre o eu e a sociedade e preenchendo o espaço entre o mundo pessoal e o mundo público. Entretanto, argumenta-se atualmente que o sujeito, previamente entendido como tendo uma identidade única e estável, está se tornando fragmentado, composto não de uma

única, mas de várias identidades. Entendemos ser esse referencial útil, pois contribui para pensarmos o processo constitutivo das identidades de forma mais complexa, e não de maneira unívoca.

Folheando as revistas: imagens de magistério

Ao enfocarmos o Instituto de Educação como instituição privilegiada de formação de professoras, buscamos identificar as diferentes vozes que construíram representações desses sujeitos. Assim, elegemos os impressos ali produzidos como sendo um *lugar* de veiculação de discursos e práticas que nos possibilitaram uma melhor compreensão daquela realidade educativa. Afirmamos, assim como Nóvoa, que:

É difícil imaginar um meio mais útil para compreender as relações entre teoria e prática, entre os projetos e as realidades, entre a tradição e a inovação, São as características próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o caráter fugaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico e sociológico da educação e da pedagogia (NÓVOA, 1997, p. 31).

Notamos que os impressos na área da educação têm sido muito valorizados nas pesquisas que se propõem a refletir sobre a história da cultura escolar, uma vez que contribuem para um melhor entendimento das práticas e discursos característicos de determinada época. Segundo Catani (1997), a análise das revistas de ensino tem permitido conhecer várias dimensões da vida escolar e da organização do espaço profissional dos educadores.

Entendemos ser o Instituto de Educação do Rio de Janeiro, marca de uma história, lugar social instituído como centro de referência e propagação da cultura e do saber. Nossa hipótese inicial é a de que houve, no período analisado, uma intensificação no processo de *monumentalização*² do Instituto, enquanto Instituição formativa privilegiada, na qual circulavam orientações e prescrições de forte teor moral-cívico-religioso, bem como uma idealização da figura da normalista, o que interfere diretamente no processo constitutivo de suas representações e se expressa nas suas práticas sociais. Ressaltamos, entretanto, que não entendemos esses elementos como determinantes, e partimos do pressuposto de que, em toda regularidade, é possível identificar desvios, aspecto digno de atenção ao se focalizarem as vozes expressas nas páginas das publicações.

Ao privilegiarmos o teor dos enunciados veiculados nas revistas escolares, abordadas aqui como instâncias formativas, situamos os periódicos como lugar de expressão e veiculação não somente de ideias pedagógicas, mas também de padrões

² Cf. (LE GOFF, 1985), que elege como materiais da memória os monumentos (herança do passado) e os documentos (escolha do historiador): *O monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação.

de comportamento e atitudes. Para colaborar com nossa argumentação, citamos Beatriz Fischer em seu estudo sobre a professora primária nos impressos pedagógicos.³ Ao analisar o periódico com o qual trabalha, a autora afirma que:

Partindo do pressuposto de que *comunicar é sempre uma certa forma de atuar sobre outras pessoas*, aqui são analisadas possíveis contribuições da Revista do Ensino ao processo de subjetivação das suas leitoras. Descreve-se parte das práticas discursivas ali edificadas que possivelmente ajudaram a constituir o próprio objeto de que falam, isto é, um tipo de professora para quem a revista foi pensada e destinada desde sempre, à professora de primeiras letras (FISCHER, 2005, p. 325).

Entendemos que as práticas sociais são atravessadas pelas relações de poder (FOCAULT, 1993). Essas relações favorecem as condições (e as possibilidades) para a emergência de certos temas e não outros, o que nos leva a relativizar o entendimento sobre os elementos que constituem a identidade de um grupo, neste caso, a futura professora e as formas pelas quais esta é representada. Dessa forma, definimos as representações enquanto práticas culturais nas quais se posicionam seus agentes, concebendo-as como formas de pensar a realidade e constituí-la, uma vez que as percepções do social não são discursos neutros, pois produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade sobre as outras.

Ao longo das páginas vai se delineando uma imagem da professora, ora associada ao cumprimento cívico e missionário de seu papel social, ora associada ao modelo moderno de mulher professora, com destaque para a questão da profissionalização e da formação em bases científicas, ideias essas que são apresentadas não necessariamente como excludentes, mas sobretudo como elementos complementares ao bom exercício do magistério.

A revista *Instituto*, publicada em 1941, apresentava-se como o Órgão Oficial da Sociedade Literária do Instituto de Educação, tendo como objetivo principal desenvolver o gosto pelas letras e atividades recreativas. Folheando o *Instituto*, o leitor trava contato com várias homenagens, dirigidas às autoridades do cenário político-educacional nacional e do Distrito Federal. As imagens contendo legendas enaltecedoras da pessoa em questão aparecem ao longo da publicação, em ordem hierárquica, considerando-se o lugar de poder ocupado pelo homenageado, aspecto que se refletia, também, nas dimensões das fotos, apresentadas da maior para a menor.

As homenagens ao corpo discente cumprem a função de destacar as qualidades acadêmicas e a distinção moral das alunas. As alunas citadas, que obtiveram excelência

³ Mesmo considerando o fato de estarmos trabalhando não propriamente com revistas pedagógicas, mas escolares, estamos entendendo essas revistas como instâncias formativas privilegiadas, nas quais também é possível observar discursos e práticas direcionadas às futuras professoras.

nos estudos, integram o quadro de honra, cabendo ressaltar que, neste quadro, não constava referência a nenhum estudante do sexo masculino.

Na mensagem de apresentação da revista, observa-se a veiculação de um discurso que visa a promover uma ideia de unidade entre os alunos que integravam o Instituto, associando tradição e seriedade com traços significativos daquele espaço escolar e construindo uma representação discente que remete a uma ideia de distinção e seletividade:

Ela [a revista] será a voz de *todo* este modelar estabelecimento, onde vimos formando o nosso espírito e será uma forma de coordenação das várias escolas que aqui se reúnem, porque *todas se aquecem ao calor do mesmo entusiasmo, do mesmo anelo, que é contribuir para elevar cada vez mais o lar espiritual em que vivemos como uma só família* (INSTITUTO, 1941, p. 2, grifo nosso).

Ao longo dos 26 artigos que analisamos, são apresentadas temáticas que exaltam a pátria (e a figura do então presidente Getúlio Vargas), a família, o Instituto de Educação e a função docente, conforme observamos em vários textos, como por exemplo: “Palavras de Apresentação e de Fé”, “Getúlio Vargas”, “Culto à Pátria”, “O hino do Instituto de educação”, “A família e a defesa nacional”, “Às Normalistas”, “O dia da bandeira”, “A vocês, professorandos de 1941” e “O dia do Mestre”. Heróis nacionais e figuras de expressão política em épocas passadas também são lembrados em artigos como: “Rui Barbosa em Haia” e “A gloriosa carreira de Manuel Luiz Osório”.

A ênfase nos fatos e nomes da história do Brasil e o estímulo ao espírito patriótico revelam a importância desses elementos no período em questão, marcado por uma sociedade que vivenciava profundas transformações, entre as quais se situava, desde décadas anteriores, um processo de urbanização e industrialização crescente, com a afirmação das classes populares no cenário sociopolítico. Nesse contexto, à educação escolar era atribuído um papel central, de conformação dos sujeitos nos quadros de um cenário social de modernização. O aspecto religioso também subsidia esse pensamento, pois somente a ênfase num corpo doutrinário organizado, como fundamento da moral católica, poderia contribuir para que o jovem se firmasse na sociedade em bases apropriadas.

Segundo esse entendimento, conforme explicitado pelo Centro Dom Vital,⁴ instituição central na articulação do pensamento católico, congregadora do laicato, “a construção da moral supõe a exaltação dos bons valores e exemplos existentes na

⁴ As sugestões do Centro Dom Vital versaram sobre os quesitos do inquérito Capanema sobre o Plano Nacional de Educação. Elas contêm artigos de Alceu Amoroso Lima (diretor do Centro), Everardo Backheuser (professor da escola Politécnica) e do padre Arlindo Vieira (Professor do Colégio Santo Inácio), dentre outros. Ver *Centro Dom Vital. Algumas sugestões do Centro Dom Vital ao Plano Nacional de Educação*. São Paulo: Gráfica Revista dos Tribunais.

nossa história". Daí a importância dos grandes feitos e das figuras cívicas, destacadas em alguns dos artigos do *Instituto*, como bons cristãos, tementes a Deus, defensores da pátria, entre outras virtudes.

O periódico ora analisado, apresentado como "o porta voz de um modelar estabelecimento", estava sob a orientação de Julio Nogueira, um docente da casa. É digno de nota que Arthur Rodrigues Tito, um coronel do Exército, era o responsável pela direção da instituição, naquele momento, o que nos leva a relativizar o entendimento acerca da "liberdade" de criação dos artigos apresentados no impresso e dos temas abordados.

Sob a direção de um militar, o Instituto de Educação, sobretudo nos primeiros anos da década de 1940, era uma instituição onde se "respirava" civismo. Naquele período, a vinculação entre o Estado Novo e os discursos e práticas escolares passaram a se construir por meio de premissas que valorizavam o aspecto de unidade e da ordem, obtidas a partir da ênfase na tradição e na disciplina. Conforme essa perspectiva, a maneira de *ser-nacional* se efetivaria não somente pela "raça",⁵ mas pela ação, o que desencadearia um "sadio tradicionalismo"⁶ e o reencontro de uma cultura fundamental, que, por sua vez, remontaria à ideia de origem.

Segundo esse entendimento, o papel da juventude e de sua educação adquiriria uma expressão singular no processo de formação do futuro cidadão, no qual se desenvolveria o espírito da consciência, da responsabilidade e do compromisso com os interesses da pátria e do povo. Assim, buscando a adesão dos jovens às propostas do novo regime, identificamos que boa parte das recomendações e das prescrições encontradas ao longo das páginas da revista é direcionada à juventude, convocada para a organização do Brasil, por meio da promoção do sentimento de brasilidade, da fé cívica e do entusiasmo característico daquela fase da vida humana. É exemplar dessa constatação o seguinte trecho extraído do artigo "Culto à Pátria":

Não poderia deixar de integrar o primeiro número de Instituto, não pelo valor literário, mas pelo civismo, estas linhas que escrevo a fim de incrementar o culto à Pátria. *Não desejava dizer "incrementar o culto à Pátria" porque ele não deve ser incrementado nem despertado, pois é um dever. É a Mãe Pátria que nos dá tudo e nada nos pede. Diante de nós mesmos prometamos defendê-la com o mais ardoroso de nossos carinhos, com todas as nossas forças, nem que para isso seja preciso o sacrifício da própria vida, pois o Brasil é digno do esforço de seus filhos porque se não é definitivamente forte em material o é moralmente* (INSTITUTO, 1941, p. 5, grifo nosso).

⁵ Termo presente nos discursos que propagavam as ideais estadonovistas que buscavam reconstituir a unidade e a identidade do povo brasileiro.

⁶ Ideário propagado pelas publicações do D.I.P (Departamento de Imprensa e Propaganda), na década de 1940.

Ao longo das páginas folheadas, delinea-se a imagem da professora, a quem se atribui um “apostolado cívico”, o qual não suporia recompensa de ordem material, mas espiritual: “É justamente a vocês, que está confiada a mais espinhosa jornada. Terão que vencer situações difíceis, mas não esmoreçam; ao contrário, que elas sirvam de estímulo ao prosseguimento da luta que será infinita. Desbravem esta mata imensa onde vivem, na escuridão do analfabetismo, as crianças que lhes serão confiadas.” (INSTITUTO, 1941, p. 21).

Observa-se a utilização da metáfora das luzes e o foco na atuação da professora primária e em sua tarefa árdua, que implica em doação e abnegação, tendo como principal “missão”, a formação de cidadãos para a pátria. É interessante ressaltar, como vários estudos já vêm apresentando, que essa significação da função docente, mais especificamente da docência no ensino primário associada a um sentido de sacerdocio disseminada em tempos de ditadura estadonovista, não se limita de modo algum a esta temporalidade. Apresenta, ao contrário, um aspecto de permanência muito acentuado na sociedade brasileira, remontando à ação jesuítica no cenário da colonização portuguesa. No entanto, no cenário político em questão tal aspecto adquire colorações particulares que merecem análise.

É ilustrativo o artigo intitulado “O Dia do Mestre”, de autoria de uma aluna, que, apesar da flexão no masculino,⁷ tem como o foco homenagear as professoras do ensino primário, conforme explicitado no trecho que ora reproduziremos, em função de percebermos nele traços indicativos das representações da professora naquele período:

Esta Festa é uma *homenagem às professoras* e foi preparada pelas alunas da quinta série, em colaboração com os representantes das outras turmas. Depois de uma salva de palmas, cantamos o Hino Nacional.[...] D. Orminda Marques, a mais antiga no Instituto, dentre as professoras presentes, foi convidada a ler a “*Oração da Mestra*”, o que fez com muita emoção. Cantamos a “*Saudação às mestras*” e, a seguir, uma comissão de alunos de cada turma ia buscar sua professora e a levava ao palco, onde a representante recebia um ramo de flores e um exemplar da “*Oração da Mestra*”;[...] *Desfilamos cantando “Brasil Unido”. E, assim, passou-se o grande “Dia do Mestre” no colégio primário do Instituto de Educação* (INSTITUTO, 1941, p.40, grifo nosso).

A questão do civismo relacionada à importância da instituição familiar também se faz presente nos artigos publicados, como o de Celso Kelly, autor e professor de Sociologia e Educação Moral e Cívica, com o sugestivo título “A família e a defesa nacional”:

A defesa nacional cabe fundamentalmente ao *Estado*, que a exerce, dentre outras instituições, através das forças armadas e da escola. As forças armadas corporificam a autoridade, são o elemento permanente de defesa e de preservação da ordem. A *escola* é o elemento construtor

⁷ Característica comum, pois, na escrita, há uma tendência de se flexionar a palavra no masculino.

dessa ordem e o fator por excelência de *formação moral e cívica*. A essas duas instituições de maior importância, cabe, portanto, a função precípua do Estado: conservar-se. Deve ser chamada a contribuir a família. Sua ação social, particularmente no campo educativo, transcende de muito a esfera que tradicionalmente lhe atribuem. A família, educada no sentido da responsabilidade e da lealdade patriótica, é o elemento de maior eficiência para a cooperação com o Estado (INSTITUTO, 1941, p.9, grifo nosso).

Se considerarmos o exercício profissional docente, e ainda o fato de ter o professorado feição majoritariamente feminina, seriam também as professoras, “mães-educadoras”, potencialmente responsáveis pela formação dos futuros cidadãos, tanto na dimensão privada quanto na esfera pública. Convém lembrar que o Instituto de Educação, naquele momento, é a única instituição pública de formação para o Magistério no Distrito Federal, quadro que só viria a ser alterado com a inauguração da Escola Normal Carmela Dutra, em 1949.

Cabe destaque o texto intitulado, “A vocês professorandos de 1941”, uma espécie de despedida dirigida aos formandos daquele ano, que encerra elementos que nos possibilitaram identificar certas representações. Estas evocavam a ideia de resgate do indivíduo e redenção social via educação, características da formação escolar daquela época, que privilegiava o presente como um tempo de preparação para o futuro. Ressaltamos, ainda, no trecho abaixo o teor do discurso que evocava a unidade institucional e privilegiava a dimensão do coletivo, com foco no momento político pelo qual o Brasil e o mundo atravessavam:

Como é nobre educar! [...] Como é nobre instruir!

Vocês, professorandos de 1941, dentro em pouco terão a responsabilidade do futuro do Brasil. Quão difícil é a tarefa que irão enfrentar... Só os fortes poderão vencer... Só os fortes, porque só eles, poderão lutar. Sejam heróis, desbravem esta mata imensa onde vivem, na escuridão do analfabetismo, as crianças que lhe serão confiadas! Caminhem com elas e, com a foice do saber, desfaçam os obstáculos, desvendem os mistérios, indiquem-nas o caminho certo a seguir. Procedam assim e serão heróis! Dos atuais professores, dos pais de família, das companhias, das pequenas coisas, depende o futuro da nossa Pátria. [...] Só assim, conseguirão vencer; e, como vencedores, terão cumprido fielmente seu dever para com a Pátria (INSTITUTO, 1941, p. 21).

Percebemos, através da leitura dos artigos, dispositivos de controle que se propagavam nas superfícies discursivas materializadas na revista. Entretanto, cabe destacar que tendo em vista o número reduzido de professores e alunos que nela são citados, e considerando-se sua única edição,⁸ não se pode afirmar que todo o corpo docente e discente do Instituto de Educação, naquele momento, estivesse engajado

⁸ Com relação à identificação de vozes em dissonância naquele período, destacamos que, até o ano de 1948, não foi publicado no Instituto de Educação, nenhum outro tipo de revista escolar, com a qual pudéssemos estabelecer um contraponto. Para melhor compreensão sobre as posições contrárias ao discurso corrente naquele período, seriam necessários outros caminhos investigativos, que extrapolariam a dimensão desse artigo.

com nas propostas de formação que exaltavam o caráter cívico-nacionalista da política varguista. E nem o foco excessivo nos artigos da revista em aspectos ligados à dimensão cívica e patriótica podem nos levar a considerar que a unidade em torno de tal ideário realmente existisse.

O reforço dessas ideias pode estar indicando o quanto era necessário o controle e a disciplinarização das práticas educativas naquele espaço-tempo, sendo possível inferir que uma importante função dessa revista tenha sido a de produção e veiculação de um discurso específico que reforçasse os valores e os sentimentos nacionais na juventude escolar e conscientizasse a futura professora do ensino primário, do seu compromisso e dever para com o país. Em suma, o conjunto de enunciados identificados na maior parte dos textos cumpre uma função formativa e, assumindo um tom prescritivo, contribui para acentuar certos atributos considerados necessários ao exercício do magistério, ligados ao caráter redentor e missionário. A dimensão profissional, fundamentada pelos aspectos técnico-científicos da função docente, parece ser relegada a um plano secundário, pelo menos no que se pode perceber na maioria dos artigos analisados.

Vozes de normalistas

A revista *Normalista*⁹ é apresentada como órgão das alunas do Instituto de Educação, veículo das atividades do Grêmio Cultural Rui Barbosa, que se dedicava a divulgar as atividades de caráter acadêmico e cultural promovidas no Instituto. Observamos, a partir do levantamento dos artigos, que a maior parte direcionava-se às normalistas, seja na dimensão acadêmico-cultural, seja na dimensão profissional.

Percebemos referências recorrentes à figura da normalista e a imagem do prédio do Instituto de Educação. A ênfase nesses dois referenciais, sempre articulados, nos remete à ideia de unidade e seletividade daquele grupo, o que se pode constatar, por exemplo, na escolha do próprio nome da revista. Nas palavras de apresentação, identificamos melhor expressão da ideia que estamos desenvolvendo:

As alunas do Instituto de Educação, sem que se argua diferença entre cursos, o fundamental e o normal, agrupam-se fraternalmente, cerrando fileiras, para levarem a cabo o que de há muito ideavam: terem um órgão próprio, publicarem uma revista. *No Instituto todas são iguais ou são uma só, se todas aspiram a um mesmo e só destino.* [...] (NORMALISTA, 1948, p. 2, grifo nosso).

Cabe ressaltar que, ao avançarmos na leitura das revistas, percebemos traços característicos nos textos, que nos remetem ao todo da instituição, o que indica uma permanência nesse tipo de enunciado, como se os diferentes cursos ali oferecidos

⁹ As publicações da revista *Normalista* compreendem o período de 1948 a 1953.

dessem voz a uma só escola, cujo principal porta-voz estaria representado pelas alunas do curso normal. É recorrente a ideia de distinção, característica do processo de construção da identidade coletiva de um determinado grupo. Nessa direção argumentativa, afirmamos, assim como Guacira Louro:

Torna-se difícil pensar sobre a escola sem que se considere, articuladamente todos os dispositivos, arranjos, técnicas ou procedimentos e sem que se perceba como agem sobre todos os sujeitos e, em especial sobre estudantes e mestres. Para construí-los dessa forma – para dar a esses sujeitos o sentido de pertencimento à instituição – ela terá de distingui-los dos outros, daqueles que estão fora de seus muros (LOURO, 1997, p. 91).

O processo de ingresso no Instituto de Educação envolvia um complexo ritual seletivo, no qual as provas, principalmente as de matemática, eram cercadas de grande temor. É ilustrativo o seguinte trecho, que faz uma alusão à dimensão do desejo em pertencer àquele espaço de formação e à dura trajetória das jovens moças para o ingresso na instituição:

[...] *Você venceu. Submeteu-se ao muito famoso concurso de admissão; passou em Matemática (imaginem: em M-A-T-E-M-Á-T-I-C-A!) enfrentou as bancas orais tremendo de medo, mas... a sensação, ao ter seu nome entre as candidatas aprovadas, valeu por tudo. Indescritível não é verdade? Se no final das contas conseguiu usar o nosso uniforme com a "lagartixa no pulso foi porque estudou, mereceu, portanto, a recompensa suprema: tornar-se aluna do Instituto!"* (NORMALISTA, 1948, p. 3, grifo nosso).

É no entrelaçamento dos discursos constitutivos das representações relativas ao magistério que podemos perceber a permanência da ênfase nas recomendações e prescrições de orientação religiosa, direcionadas à formação da normalista. É ilustrativo desta argumentação o seguinte trecho, do Cardeal D. Jaime de Barros Câmara, então arcebispo da cidade do Rio de Janeiro, professor de Metodologia do ensino do catecismo e colaborador da *Normalista*, que é digno de nota:

Realmente, o futuro de nossa pátria, e a felicidade de nosso futuro, está dependente, em grande parte, da orientação que a mocidade receber neste momento. Eis porque inimigos da Igreja e da Pátria porfiam em ganhar a juventude de hoje. [...] Oh! por que erradamente supondes que a mocidade é toda mais ou menos fraca? Olhai a da Ação Católica, a nossa Juventude Universitária [...] todos enfim que pelejam sob o lábaro do Cristo Rei, pertencem à Igreja Militante! [...] Corações ao alto, ainda é tempo mocidade! (NORMALISTA, 1948, p. 36).

Em uma seção especial, intitulada "CHRISTO REGNAT", publicada na primeira edição da revista, são abordados temas, como a formação moral e espiritual da futura educadora, que buscam incentivar as jovens a cultivarem as qualidades necessárias para a promoção da vida, em uma perspectiva cristã, associada aos valores patrióticos. O trecho foi extraído do artigo "No poço de Jacó" e demonstra a angústia pressentida pela futura educadora com relação a sua formação acadêmica, espiritual e moral, trazendo ainda impressões sobre possíveis reflexos consequentes dessa boa ou má formação.

Nós, futuras professoras, temos grande responsabilidade, a nós educadoras serão entregues as almas inocentes que constituem a Pátria de amanhã. Se não cuidarmos de nossa formação, lógico não poderemos dar a nossos alunos o que não possuímos. Poderemos criar uma civilização, nunca uma cultura e, talvez, triste ironia! A civilização que com tanto trabalho construímos se revolte e se destrua a si mesma por ser uma civilização sem Deus. Em nosso Instituto há todos os meios para que nos tornemos mestres não só “de direito”, mas “de fato”. Não omitamos nenhum e só assim na hora de nossa morte poderemos repousar em paz e não teremos que fazer nossas as palavras de uma professora em agonia: “Padre fui apenas semeadora de sementes falhas!” (NORMALISTA, 1948, p. 34).

As prescrições dos discursos religiosos direcionados à família também estão presentes nesse processo de constituição das representações das professoras e possíveis futuras mães, que atuariam no lar e na escola. O artigo intitulado “Se você for chamada a constituir um santo lar” procura orientar as jovens sobre as qualidades e os comportamentos necessários para o êxito e harmonia na vida conjugal: “Quem quiser uma vida feliz no lar deve cuidar-se de vencer-se e dominar-se. As tendências inferiores têm que ser superadas. Nisto consiste a educação. Vamos dizer tudo numa palavra cristã: Aprendam a humildade, fonte de todos estes bens” (NORMALISTA, 1948, p. 36).

No caso do artigo citado, tais prescrições de forte teor moral-religioso apoiavam-se em citações do livro *Noivos e esposos cristãos*, do Padre Álvaro Negromonte, figura de destaque no movimento católico. Cabe destacar que esta evidência nos possibilitou identificar a circulação de impressos de orientação católica explícita dentro do Instituto de Educação, enfatizando, entre outros aspectos, a importância da ação educadora no meio familiar. Subjacente a essa ideia, estava o foco na formação de quem deveria educar, no caso o elemento feminino, a professora e/ou a mãe de família.

A ideia do futuro e da projeção da professora em uma situação futura também é uma constante. Cabe ressaltar, nas edições que compreendem o período dos anos 1940, que essas ideias estão sempre associadas ao êxito, ao resgate social via educação. É digno de nota, entretanto, o trecho do artigo que apresentamos a seguir, de autoria de uma aluna, intitulado “Artigo nº2”, e que revela uma manifestação de insegurança e incompletude, o que de certa forma contrasta com as ideias de firmeza, fortaleza e segurança, associadas ao exercício do magistério:

Dizem que é da nova geração que depende o futuro de um país... se assim é, triste destino o nosso [...] porque nós, os novos, sofremos uma crise de confiança: confiança em nós mesmos, nas ideias que concebemos, nos atos que praticamos, no valor daquilo que recebemos do passado e daquilo que podemos dar no futuro; crise de confiança na vida em si, no que há de bom e de mau para se derivar e sublimar. No que é força, no que é destruição; crise de vontade, crise de amor próprio, crise de mútuo auxílio. *Renovação é o que falta a nossa direção silenciosa e solitária que por enquanto, de puros ideais, apenas a firmiação de cada um que perdeu prematuramente suas crenças e seus sonhos, se é que os teve [...]* (NORMALISTA, 1949, p. 4, grifo nosso).

Percebe-se um tom de desesperança nas ideias apresentadas pela jovem normalista, o que nos leva a relativizar o entendimento sobre a assimilação naquele espaço de formação dos discursos massificantes, da confiança absoluta em um futuro promissor. Nessa direção, as palavras da aluna sugerem que a vivência da normalista inclui também, ao que tudo indica, para além das representações idealizadas, elementos de incerteza, próprios de uma experiência de formação e de transição para a vida profissional vivenciadas por jovens moças.

Ao avançarmos na análise das revistas da década de 1950, interessou-nos enfocar os aspectos referentes à dimensão da formação docente e às questões relativas à profissionalização, ou, pelo menos, a consciência desta por parte da normalista, isto é, a futura professora. Destacamos no trecho a seguir, algumas notas sobre a profissão ou de como deveria agir o professor, segundo as propostas da nova pedagogia:

Pouco valor se tem dado às atividades extracurriculares – seminários, tertúlias, excursões, passeios, como se a vida de um estabelecimento de ensino, que também de educação, estivesse restrita às aulas ordinárias e de caráter obrigatório que aí são muitas vezes rotineiramente ministradas. Ao professor compete menos dar aulas que educar, menos ditar pontos que fazer sentir a matéria, tornando-a viva e atraente. Realmente, Mestres são aqueles que ao lado da teoria sabem valorizar os exercícios práticos, compreendendo que antes do que quantidade requer-se qualidade. [...] (NORMALISTA, 1950, p. 25).

Um outro aspecto digno de nota, é a referência à modernidade e ao progresso, conforme podemos perceber no seguinte trecho do artigo “Há quem fale da nossa geração”, de autoria de uma aluna:

Todos devem ter notado como a mocidade de hoje é alvo de críticas, daqueles que ainda pertencem à velha guarda. Teimam em dizer que o progresso somente serviu para acabar com a paz, que o mundo mudou, ninguém mais tem pudor, e que antigamente sim, é que havia moral. Contra isto, lanço o meu solene protesto, não só por mim, mas em nome da juventude de hoje. O que mudaram foram as criaturas, ou melhor, sua mentalidade. Aliás, o que é muito natural, de vez que com o progresso, as coisas evoluem, é necessário que evoluamos com elas, quando não ficaremos para trás (NORMALISTA, 1951, p. 2).

Há que se destacar que a ideia do progresso e do mundo moderno também já estava posta em momentos anteriores. No entanto, neste artigo que apresentamos, há uma referência à condição feminina nos “tempos modernos”, que entendemos ser importante ressaltar, visando a apontar para uma crítica à mulher do “passado”, submissa e dedicada ao lar:

E graças a esse progresso, chegou a liberdade para a mulher. *Vocês já pensaram nos direitos que tinham as mulheres antigamente? Não, naturalmente; porque não tinham!* Na realidade limitavam-se a ser donas de casa e a cuidar dos filhos. O ensino primário era completado com algumas aulas de francês e de piano. Era esta a mulher ideal do século passado. Hoje ela é

independente. Invadiu as repartições, os lugares públicos, as letras, as ciências, e compete com o homem, mostrando do que é capaz. [...] (NORMALISTA, 1951, p. 3, grifo nosso).

É interessante observar, na seguinte citação, que não há referência exclusiva ao lugar profissional de professora, o que pode sugerir a marcação de uma posição da mulher, em novos tempos, indicando, por exemplo, a sua atuação em outros espaços.

No que diz respeito à preocupação da jovem normalista, para além do discurso naturalizado do magistério como sacerdócio e que aponta para o sentido de construção, do vir-a-ser ou do tornar-se professora enquanto um traço constitutivo de sua subjetividade, é emblemático o texto de uma aluna, que pretende singularizar a voz da futura professora, sem, contudo, afastá-la da idealização da profissão: “[...] tem-se procurado estabelecer o retrato perfeito do professor-modelo, tendo-o em breve como a nossa imagem ideal. *Em todas nós, então, se travam sérias batalhas entre o nosso ser real e o nosso ser ideal.* (NORMALISTA, 1952, p. 17, grifo nosso).

A alusão entre o “ser real” e o “ser ideal”, presente na fala da futura professora, revela uma modalidade enunciativa, pouco explorada, nos textos que integram as edições com as quais trabalhamos, o que, de certa forma aponta para um tipo de representação docente que, de novo, se distancia da ideia de segurança e firmeza que subsidiaria a atuação da professora, ainda que o modelo veiculado fosse tomado como referência.

Considerações Finais

Conforme procuramos demonstrar ao longo deste artigo, observamos que a ideia de construção do futuro da nação aparece associada à imagem da professora primária, que, dotada da “natureza” e do conhecimento necessário à compreensão do espírito infantil, teria como uma de suas principais tarefas a formação de futuros cidadãos. Tal ideário contribuiu para acentuar uma representação da professora identificada como uma criatura abnegada e imbuída da nobre e árdua tarefa de educar. O apelo às imagens religiosas, que vinham se manifestando desde um passado distante e constitutivo, representou um fator importante para o entendimento acerca do *ser-professora* no período analisado.

Como vimos, a ideia do futuro e do comprometimento da educadora com o êxito desse futuro são, sem dúvida, um traço importante no processo de constituição das subjetividades, pois a escolha feita pelas jovens implicaria, não somente em um comprometimento com sua formação profissional, mas também, e sobretudo, com a transformação da sociedade brasileira. Também foi possível perceber a presença de elementos de identificação a uma noção de modernidade, em termos de educação

e comportamento, permitindo assim uma ampliação do entendimento sobre os discursos e práticas de formação docente.

Ao escolhermos como fontes as revistas produzidas no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, interessou-nos observar as condições de funcionamento de práticas discursivas específicas, que nos fizeram compreender aquelas publicações como instâncias formativas. Nas revistas com as quais trabalhamos, pudemos constatar a veiculação de ideias que buscaram reforçar características próprias sobre o pensar e o fazer docente, elementos que contribuíram para forjar uma especificidade cultural daquela instituição escolar e das representações das futuras professoras que por ali passavam.

E, ainda que se deva considerar que tais revistas não expressassem um pensamento independente das alunas, por se vincularem, ainda que em menor ou maior grau às instâncias de poder da instituição e da sociedade, observa-se, por outro lado, a presença de um grau significativo de compartilhamento, entre as futuras professoras, de uma dimensão religiosa, um sentido de missão, articulado, por sua vez, à condição feminina, com rebatimentos importantes na constituição das subjetividades.

Abstract: The objective of this paper is to reflect on the problematic into representations of teaching and of the "being teacher", in the context of the 1940-1950s. Considering the speech focuses on the relation between teaching, women condition and a religion influence, this paper also intend to apprehend the permanencies of some practices, focuses on representations around teaching and being a teacher as cultural forms, using gender concept as a historical category.

Keywords: teachers education; representations of teaching; scholar magazines.

Recebido em junho de 2010 e aceito para publicação em outubro de 2010.

Referências

- APPLE, Michael. Magistério e trabalho feminino. In: _____. *Trabalho docente e textos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- BEAUVOIR, Simone de. *Le deuxième sexe*. Paris: Éditions Gallimard, 1949.
- CATANI, Denice Bárbara. A imprensa educacional no Brasil de 1808 a 1944. In: CATANI, D.; BASTOS, M. H. (Orgs.). *Educação em revista*. São Paulo: Escrituras, 1997.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

FISCHER, Beatriz.D. A professora primária nos impressos pedagógicos (1950-1970). IN: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005. v. iii.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: _____. *Ditos e escritos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. v. 5.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

NÓVOA, António. A imprensa da educação e o ensino. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). *Educação em revista*. São Paulo: Escrituras, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*; v. 16, n. 2, jul./dez. 1990.

Periódicos:

1. Instituto ano i n° 1, outubro-dezembro de 1941
2. NORMALISTA, ano 1, n. 1, set.1948.
3. NORMALISTA, ano 1, n. 2, mar.1949.
4. NORMALISTA, ano 2, n. 3, mar./abr. 1950.
5. NORMALISTA, ano 2, n. 4, set.1951.
6. NORMALISTA, ano 4, n. 5, nov.1952.
7. NORMALISTA, ano 4, n. 6, ago. 1953.